

■ Rogério Werneck

## É perigoso iludir o povo com a idéia de que estamos prestes a retomar o crescimento



O que me preocupa no *Projeto* é que, aparentemente, o documento se alicerça na presunção da retomada do crescimento. É muito importante que se fale em crescimento e retomada, até para construir uma coalizão mínima capaz de dar sustentação a um programa de estabilização efetivo. Mas é perigoso iludir a opinião pública com a idéia de que estamos prestes a retomar o crescimento econômico. Talvez o maior mérito do documento seja a proposta de uma agenda aberta de discussões dos problemas nacionais. O *Projeto* levanta questões institucionais importantes como as reformas do aparelho do Estado que, se contassem com o apoio do Congresso, poderiam ser iniciadas no próximo mês.

A economia brasileira é hoje um organismo doente e vai ter que passar por um programa de estabilização sério, o que não ocorreu no ano passado. Estamos muito longe de ter uma economia com uma estabilidade mínima que permita retomar um crescimento sustentado e o maior perigo deste *Projeto* é o governo perder de vista esta questão. A tentação do próprio governo é desviar a atenção para o problema do crescimento e não reconhecer que a estabilização ainda está por ser feita.

O que eu não gosto neste documento é a idéia de que, com a falência do Estado, é preciso transferir todas as suas funções para as federações, que também estão falidas. É imprescindível o esforço de reconstrução da capacidade do Estado de financiar investimentos. No momento em que esta reconstrução tiver

sido feita, aí sim o Estado vai ter capacidade de levar à frente algumas políticas públicas que envolvem o esforço de investimento e que — é consenso nacional — cabem ao Estado.

Também não se pode perder de vista que é fundamental recuperar a capacidade de geração de poupança do Estado brasileiro. Embora o governo já tenha feito um relevante ajuste fiscal, ainda não consegui recuperar a capacidade de poupança do Estado. Redotar o Estado da capacidade de financiar investimentos é algo que ainda está por ser feito e que envolve necessariamente medidas antipáticas: mais corte de gastos, aumento de impostos, redução de subsídios do setor público e do setor privado.

Cada uma destas medidas pode contribuir para o ajuste fiscal, mas todas elas juntas são capazes de dar alento a uma coalizão: aumento de impostos, redução de subsídios, corte de gastos correntes, corte de qualquer tipo de subsídio. O problema é que, em qualquer destes casos, há imediatamente uma outra coalizão de interesses por trás tentando bloquear qualquer esforço sério neste sentido.

A questão de fundo — a reconstrução do Estado em termos institucionais — é muito importante e tem que ser feita. Mas o que está se perdendo de vista é a reconstrução do Estado como um organismo capaz de financiar investimentos e levar à frente a política pública em várias áreas sobre as quais a presença do Estado deve ser preservada.